

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO INTEGRADA
MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E ENSINO DA SAÚDE**

LUCIANE BERTO BENEDETTI

**APONTAMENTOS ACERCA DAS BIBLIOGRAFIAS DO PLANO CURRICULAR
DO CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÕES EM SAÚDE**

ORIENTADOR: CAMILO DARSIE DE SOUZA

**Porto Alegre
2013**

LUCIANE BERTO BENEDETTI

APONTAMENTOS ACERCA DAS BIBLIOGRAFIAS DO PLANO CURRICULAR DO
CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÕES EM SAÚDE

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização Formação Integrada
Multiprofissional em Educação e
Ensino da Saúde. Faculdade de
Educação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Orientador: Camilo Darsie de Souza

Porto Alegre
2013

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo Hospitalar Conceição, em especial, à Escola GHC, pela oportunidade de realizar esta especialização na área da Educação.

Ao meu orientador Camilo Darsie de Souza pelo apoio e dedicação.

Agradeço, em especial, a duas amigas que estão sempre ao meu lado, me incentivando nesta caminhada da docência:

À Coordenadora de Ensino Marta Helena Buzati Fert, pelo incentivo para eu ser docente da Escola GHC. Se não fosse seu “empurrão” e insistência não teria descoberto o amor pela docência, pois jamais pensei em ser docente.

À Coordenadora do curso Técnico em Registros e Informações em Saúde, Rosa Maria Levandovski, por ter me incentivado a realizar este estudo sobre as bibliografias e por me ajudar a crescer como profissional. Saiba que quando “crescer” quero ser igual a ti.

A vocês duas minha admiração e meu muito obrigada.

RESUMO

Vinculada ao Grupo Hospitalar Conceição, a Escola GHC foi criada em 2010 e vem formando anualmente profissionais voltados a atuarem na área da saúde, em especial no Sistema Único de Saúde. Embora nem sempre tenha sido desta forma, o ensino técnico é visto atualmente como uma possibilidade de voltar ao mercado de trabalho e também uma maneira de adquirir conhecimento específico em uma área, em um prazo de tempo menor que uma graduação. O curso técnico em Registros e Informações em Saúde, primeiro curso técnico da Escola, apesar de ainda pouco conhecido, já está caminhando para sua sexta turma, tendo quatro já concluídas. Esse trabalho faz uma análise no plano de curso técnico em Registros e Informações em Saúde, tendo como foco as bibliografias sugeridas nos eixos temáticos: Construção de Dados em Saúde II e Prática Profissional Simulada II. As bibliografias são de suma importância em um plano curricular, pois auxiliam o aluno a estudar e ampliar o conteúdo abordado em sala de aula. A metodologia que utilizei foi a 'análise documental', de caráter quantitativo, por meio da qual analisei se o número de referências listadas está de acordo com aquele sugerido pelo MEC; e qualitativo, onde avaliei critérios como pertinência, relevância acadêmica-científica, atualização. O trabalho apresenta também uma sugestão de ementas e bibliografias para as unidades temáticas já especificadas, elaboradas pela autora. Traz ainda um material contendo informações para elaborar bibliografias, onde se sugere que seja abordado em oficinas para docentes.

Palavras-chave: Ensino Profissionalizante; Plano curricular; Bibliografia

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial
CETIS - Curso de Especialização Técnica em Informações em Saúde
CETPS - Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde
CTRIS – Curso Técnico em Registros e Informação em Saúde
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
GHC – Grupo Hospitalar Conceição
HCC – Hospital da Criança Conceição
HCR – Hospital Cristo Redentor
HF – Hospital Fêmeina
HNSC – Hospital Nossa Senhora da Conceição
ICTS – Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
PCCs – Plano de Cargos e Carreiras
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
RIPSA - Rede Integrada de Informações para a Saúde
RIS – Residência Integrada em Saúde
RNIS – Rede Nacional de Informações em Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO | 9 |
| 2.1 ESCOLA GHC | 10 |
| 3 CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE..... | 13 |
| 3.1 CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÃO EM SAÚDE - CTRIS | 14 |
| 3.2 CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÃO EM SAÚDE | 20 |
| 3.3 PLANO DE CURSO DO CTRIS: BIBLIOGRAFIAS | 24 |
| 4 METODOLOGIA | 32 |
| 5 ANÁLISE DAS BIBLIOGRAFIAS | 34 |
| 5.1 ANÁLISE EIXO: A CONSTRUÇÃO DE DADOS EM SAÚDE II | 34 |
| 5.2 ANÁLISE EIXO: PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | 35 |
| 6 SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIAS | 44 |
| 6.1 SUGESTÃO DE EMENTA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR . | 44 |
| 6.2 INSTRUMENTO PARA OFICINA DE ELABORAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS EM PLANOS CURRICULARES E DE ENSINO | 49 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| REFERÊNCIAS..... | 55 |

1 INTRODUÇÃO

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC), vinculado ao Ministério da Saúde, além de referência no atendimento ao Sistema Único de Saúde em Porto Alegre, também é reconhecido como hospital voltado ao ensino, devido às residências na área médica que são desenvolvidas em seu interior. As atividades de ensino e pesquisa vêm sendo estimuladas como parte das estratégias de mudança referentes aos modelos de Atenção e de Gestão praticados no GHC, desde 2003, por meio da Residência Integrada em Saúde (RIS). O objetivo deste programa de residências é disponibilizar meios para a formação multidisciplinar em diversas áreas da saúde.

Em 2004, através da parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o GHC passou a oferecer o Curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS). Em 2010 foi firmada uma parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Porto Alegre, da qual resultou a criação do Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde (CETPS), Escola GHC. Assim, a Escola passou a oferecer, entre as outras atividades que desempenha, cursos técnicos profissionalizantes. Vale ser dito que a Escola GHC tem por objetivo “ser uma instituição pública, democrática, popular de educação técnica profissionalizante e pós-graduação em saúde” (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2013a).

O primeiro curso de nível médio oferecido foi o Técnico em Registros e Informações em Saúde (CTRIS), que tem como objetivo formar profissionais capazes de atuar com conhecimentos técnicos de excelência nas atividades que envolvam a documentação, os registros e as estatísticas de dados em saúde, orientados pelos princípios e pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde, desta forma, contribuindo para a continuidade da atenção integral à saúde.

O plano curricular deste curso foi elaborado antes da criação da Escola GHC, assim, em 2013, a coordenação do curso constituiu um grupo de estudos com a proposta de realizar a revisão do documento. Dentre as mudanças que foram propostas estão a inserção de unidades temáticas no interior dos eixos principais e a reelaboração de algumas ementas. Diante disto, verificou-se que as referências bibliográficas indicadas deveriam sofrer algumas modificações, pois se constatou que muitas delas não fazem parte do acervo da biblioteca e, ainda, que faltam

endereços eletrônicos relativos aos materiais que estão disponíveis na Internet. Por terem sido sugeridas pelo grupo de pessoas que elaborou o plano e não por docentes do curso, notou-se que foram listadas algumas referências consideradas básicas sobre cada assunto, levando-se em conta a importância dos autores relacionados à área e, portanto, não tendo como prioridade os conteúdos abordados pelos docentes, bem como, a adequação das obras e artigos ao nível de curso técnico.

A bibliografia sugerida é fundamental para que o aluno possa estudar e ampliar seu conhecimento sobre o assunto estudado em sala de aula. É um guia para buscar material relevante sobre o tema abordado e, no limite, refere-se ao perfil de prática pedagógica que se pretende desenvolver.

Neste trabalho, portanto, serão analisadas, detalhadamente, de modo quantitativo a bibliografia sugerida no plano de curso Técnico em Registros em Informação em Saúde. Estas referências constituem dois dos eixos temáticos que dão forma ao curso, os quais são oferecidos no segundo e terceiro semestre. São eles: Construção de Dados em Saúde II e Prática Profissional Simulada II. Estas referências fazem parte do atual plano curricular, elaborado em 2010, e após análise, farão parte do plano que está sendo reformulado.

A escolha destes eixos foi pautada pelo fato de eu ser uma das docentes que exerce suas práticas no contexto destes dois eixos, sendo assim, configura-se a partir de assuntos que tenho mais contato e conhecimento. Além disto, destaco que fez parte da pesquisa a análise sobre o fato dessas referências estar sendo utilizadas pelos docentes e, ainda, se foram acrescentadas outras nos seus planos de aula.

Este trabalho inicia com uma breve descrição sobre o Grupo Hospitalar Conceição e seu envolvimento com o ensino, através da residência médica, a residência integrada em saúde e, a partir de 2010, com a criação da Escola GHC. Traz um breve relato sobre a Escola GHC e como ela contribui com a inclusão social, formando profissionais capacitados para atuarem no Sistema Único de Saúde (SUS), através de um ensino gratuito e de qualidade.

O capítulo seguinte traz um histórico sobre o ensino técnico profissionalizante no Brasil, ressaltando as mudanças sofridas com a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. A seguir, inicia-se o estudo sobre o Curso Técnico em Registros e Informação

em Saúde (CTRIS), curso escolhido como foco neste trabalho, que tem como ênfase a correta coleta das informações, garantindo assim, a qualidade das informações para o sistema de saúde. Define-se objetivos do curso, missão, perfil do aluno e as tarefas do técnico de registros. O capítulo seguinte dá ênfase ao plano curricular, tendo como destaque as bibliografias do CTRIS, objeto de estudo deste trabalho. Traça os conceitos de bibliografia básica e complementar e, no capítulo da metodologia, traz os critérios e a análise propriamente dita das bibliografias de dois eixos temáticos.

A seguir, é realizada uma análise quanti-qualitativa das bibliografias dos eixos já citados, considerados objeto desse estudo. Como resultado dessa análise, segue uma sugestão das bibliografias dos eixos em estudo. Esse material foi encaminhado para análise e inserção no plano atual.

Também apresento como sugestão, a importância da Escola ofertar oficinas aos docentes sobre como elaborar a lista de bibliografias de sua unidade temática. Para isso, sugiro um modelo de instrumento a ser utilizado nas oficinas, contendo as orientações a serem seguidas, a fim de que haja uma padronização na elaboração em todos os cursos oferecidos pela Escola.

Para finalizar, ressalto a importância de continuar essa análise nos outros eixos temáticos do CTRIS, como também estender esse estudo para os outros cursos.

2 GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é considerado referência no atendimento público. Vinculado ao Ministério da Saúde, seus atendimentos são feitos, em 100% dos casos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e são disponibilizados 1572 leitos. O Grupo é formado pelos seguintes hospitais: Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), Hospital da Criança Conceição (HCC), Hospital Cristo Redentor (HCR) e Hospital Fêmeina (HF). Conta também com a Unidade de Pronto Atendimento Moacyr Scliar (UPA Zona Norte), com o Serviço de Saúde Comunitária, com doze unidades básicas de saúde, com três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com um Consultório de Rua e com o Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC, 2013).

Em 2004, por meio da Portaria Interministerial n. 1704, o GHC passou a ter certificação de hospital ensino, tendo sido renovada em 2009, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Saúde (MS), sendo reconhecido como formador de profissionais de saúde, fortalecendo assim, o compromisso com a continuidade das atividades integradas de ensino, pesquisa e assistência, visando atingir um alto nível de integralidade na atenção à saúde dos usuários (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012).

Neste contexto vale apontar que o GHC tem como missão:

desenvolver ações de atenção integral à saúde para a população, com excelência e eficácia organizacional, através de seus trabalhadores e dos seus recursos tecnológicos e humanos, programas de ensino e pesquisa, atuando em parceria com outras entidades, fortalecendo o SUS e cumprindo, assim, a sua função social no sistema de saúde (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012, p. 17).

Assim, a instituição tem grande atuação na Residência Médica e, desde 2004, vem desenvolvendo a Residência Integrada em Saúde (RIS). A Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, define Residência Multiprofissional como “ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área da saúde, exceto a médica” (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012, p. 30). A RIS tem, atualmente, quatro áreas de ênfase - Saúde da Família e Comunidade, Oncologia e Hematologia,

Saúde Mental e Atenção ao Paciente Crítico, sendo as vagas destinadas para graduados nas profissões da área da saúde (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012). A instituição também serve como campo de estágio para cursos de nível superior e médio de diversas instituições nacionais e internacionais.

Em 2004, o GHC firmou uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e passou a ofertar cursos de Especialização e Aperfeiçoamento para funcionários. Hoje esta oferta se estende às pessoas de fora da instituição e isto garante que tenha alunos de diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul, que buscam uma qualificação gratuita e de qualidade.

Em 2007, o grupo iniciou uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através da realização de um curso de Mestrado Profissional e de cursos de Especialização. Em 2010, através da parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), constituiu-se o Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC. Vale ser dito que:

Na Lei 8080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, no artigo 6, inciso III, afirma que estão incluídas no campo de atuação do SUS, a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde. Como resultado, temos a aprovação da Resolução 012/09 pelo Conselho de Administração do GHC, a criação do Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2013b, p. 14).

2.1 ESCOLA GHC

Assinado em julho de 2010, o convênio entre IFRS e GHC, possibilitou o desenvolvimento de atividades de ensino, tornando-se uma unidade remota do IFRS - Campus Porto Alegre. Esta união possibilita que o GHC atue no desenvolvimento e certificação de cursos de qualificação profissional, cursos técnicos e de especialização lato sensu. É missão da Escola:

desenvolver políticas e ações de ensino, pesquisa, extensão, cooperação técnico-científica, produção e divulgação de informação científica, tecnológica e de inovação no campo da saúde, articulando as atividades desta área no GHC e no SUS com o objetivo de qualificar a atenção, a gestão, a educação e a participação social no SUS e a ampliação das possibilidades de inclusão e desenvolvimento social e econômico (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012, p. 16).

Neste último governo, o ministro da saúde Alexandre Padilha tem dado ênfase na necessidade de ampliação de serviços e ações de saúde, sendo necessários profissionais capacitados que potencializem as mudanças de gestão e atenção do SUS. Há escassez de vagas públicas/gratuitas de formação de níveis técnico e tecnológico em todo o país. A Escola GHC atua com a visão de “ser centro de excelência na formação de trabalhadores de saúde, no desenvolvimento científico, tecnológico, inovação e de produção de tecnologias de gestão, atenção e educação respondendo aos desafios e necessidades do SUS” (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012, p. 16). Buscando assim, ampliar a oferta de formação em saúde no Rio Grande do Sul.

O SUS, devido a sua dimensão e amplitude e considerando a diversidade tecnológica existente nas práticas dos trabalhadores, é visto como um local privilegiado para o ensino e a aprendizagem (FRANCO, 2007). O GHC acredita nisso, tanto que no seu planejamento estratégico do período 2012-2022, definiu o Ensino e a Pesquisa como uma das diretrizes institucionais prioritárias, reafirmando com isso consolidar-se como um centro de formação pública na área da saúde e para o SUS (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2012). Em outubro de 2013, o Grupo deu início ao processo de implantação de um curso de Medicina, sendo então, uma das prioridades da atual gestão.

Para Ceccim (2004, p. 44),

o SUS tem assumido papel ativo na reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva. Tem sido capaz de provocar importantes repercussões nas estratégias e modos de ensinar e aprender sem que, entretanto, se tenha formulado uma forte potência aos modos de fazer formação.

Os seguintes cursos são oferecidos pela Escola:

- ✓ Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde do GHC – Lato Sensu
- ✓ Especialização em Gestão da Atenção a Saúde do Idoso – Lato Sensu
- ✓ Especialização em Saúde da Família e Comunidade: Gestão, Atenção e Processos Educacionais – Lato Sensu
- ✓ Especialização em Saúde Mental: Gestão, Atenção, Controle Social e Processos Educacionais – Lato Sensu
- ✓ Curso Técnico de Agente Comunitário em Saúde

- ✓ Curso Técnico em Enfermagem
- ✓ Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde
- ✓ Curso Técnico em Saúde Bucal

Desta forma, o Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde - Escola GHC contribui com a inclusão social, possibilitando à população do Rio Grande do Sul formação para áreas em que existe necessidade de força de trabalho, além do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, numa região que conta com poucas instituições públicas de formação técnica. Colabora também para melhorar a qualidade dos serviços de saúde, através da qualificação de seus profissionais, visando também à ampliação dos serviços e ações de saúde.

3 CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

Durante vários anos, o ensino profissionalizante foi considerado um ensino de segunda categoria, ou seja, uma modalidade de ensino destinada a camadas mais pobres da população, pois se vivia em uma sociedade que tinha como cultura o ensino superior. Com a Revolução Industrial, as escolas técnicas passaram a ter importância, superando e substituindo os mestres de ofício na formação de profissionais. No Brasil, essa visão começa a mudar no final dos anos 50 com o desenvolvimento industrial, exploração do petróleo, indústria metalúrgica e montadoras de automóveis. Era uma época de formação bastante limitada, de mão-de-obra qualificada (VIEIRA, 2005).

A formação profissionalizante tinha como objetivo ensinar a fazer, sem conhecimento da teoria sobre a prática, tornando-se um ato mecânico. Embora não estivesse explícito esse tipo de ensino servia para impedir o ingresso dos jovens das camadas populares ao ensino superior, desviando assim o aluno ao mercado de trabalho e conseqüentemente suprimindo o mercado de profissionais qualificados (MANFRINATO, 2006).

Ainda, segundo Vieira (2005), em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornou a educação profissional uma modalidade de ensino e estabeleceu o acesso a alunos egressos ou matriculados no ensino fundamental, médio ou superior, como também aos trabalhadores em geral, através de cursos básicos, técnicos ou tecnológicos. Hoje o ensino técnico é visto como uma possibilidade de ingressar no mercado de trabalho de forma mais rápida, além de uma possibilidade de adquirir conhecimento qualificado e necessário à formação de nível superior. Muitos de nossos alunos, por estarem à procura de emprego, optam por um curso técnico, a fim de adquirir conhecimento sobre o SUS, visando os concursos públicos. Buscam também conhecimentos específicos em um curto prazo de tempo, para mais tarde, ingressarem em uma faculdade.

De acordo com o Decreto nº 5154/2004, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida de forma articulada (integrada e concomitante) e subsequente ao Ensino Médio (BRASIL, 2004). Na Escola GHC, o ensino se dá de forma subsequente, ou seja, é requisito de ingresso o aluno já ter concluído o Ensino

Médio, estando de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 5.154/04 e a Resolução CNE/CEB nº 004/99 (BRASIL. Ministério da Educação, 1999).

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a educação de nível técnico da Escola GHC dá-se de maneira:

Integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2013a).

3.1 CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÃO EM SAÚDE - CTRIS

“A área da informação em saúde está relacionada à necessidade de registrar, conhecer e obter informações sobre a situação de saúde de uma população” (SOARES et al, 2013, p. 4).

Informação em saúde é conceituada como

a gestão da informação que se origina no uso sistemático e intensivo de dados quantitativos e qualitativos e das tecnologias de informação, comunicação, computação e telecomunicação na formulação, implementação e avaliação de políticas de saúde; na promoção da saúde; no planejamento, regulação, administração e provisão de serviços de saúde; no monitoramento, vigilância e análise da situação de saúde de populações e do ambiente; na avaliação dos serviços de saúde e no diagnóstico e tratamento de doenças (MORAES, 1994, apud SOARES et al, 2013, p. 4).

O técnico em registros e informações em saúde atua em estabelecimentos de saúde, no setor público e privado. É considerado profissional da área da saúde, tendo foco também na área de gestão e planejamento.

O curso está inserido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no eixo tecnológico: ambiente, saúde e segurança, com formação de 1200 horas (BRASIL. Ministério da Educação, 2013a).

Descreve que esse profissional:

atua na organização do conteúdo e do arquivo de prontuários, na organização das fontes de dados e no registro para os sistemas de informações em saúde, contribuindo para a continuidade do atendimento, o planejamento e a avaliação das ações. Desenvolve procedimentos de guarda, catalogação, pesquisa e manutenção de registros e dados em saúde (BRASIL. Ministério da Educação, 2013a).

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) foi pioneira no país na criação desse curso. Implantado em 1975 como curso de Registros Médicos e Estatística de Saúde, onde, mais tarde, denominou-se Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde (CTRIS) sendo oferecido pela Escola até 2006. Atualmente desenvolve dois cursos na área de Informação em saúde: Curso de Especialização Técnica em Informações em Saúde (CETIS) e o Curso de Especialização Técnica em Registros e Produção das Informações em Saúde. Para a então coordenadora do CTRIS em 2008, Claudete Vilche Fonseca, o técnico de registros e informações em saúde,

está apto a atuar na organização, administração e coordenação de serviços de documentação, registros e estatísticas de saúde. Ele dá suporte ao atendimento do paciente, organizando os registros clínicos ou prontuários; ajuda no planejamento, no controle e na avaliação das ações e serviços de saúde; e pode trabalhar no apoio às pesquisas e estudos clínicos. Além de guardar, catalogar e manter registros e processar dados, esse técnico também pode produzir informações em saúde, como indicadores gerenciais e epidemiológicos, e relatórios estatísticos. (BRASIL. Ministério da Saúde. FIOCRUZ, 2008).

Ainda segundo Claudete Fonseca, o curso tem como ponto principal, a produção da informação para o planejamento, a avaliação e a gestão dos serviços de saúde. Destaca a importância da qualidade das informações para o sistema de saúde, gerando assim, confiabilidade e agilidade no registro e coleta de dados. (BRASIL. Ministério da Saúde. FIOCRUZ, 2008).

Na primeira metade da década de 2000 acontece a implantação de cursos de especialização técnica na área de informações em saúde no RS e na Bahia. Em 2004 surge então a parceria GHC/FIOCRUZ com a implantação do curso de especialização lato sensu Informação Científica e Tecnológica em Saúde, hoje na sua oitava edição e o curso de especialização técnica Informação e Saúde, realizado no período de 2004 a 2009. Porém é na segunda metade da década de 2000, que ocorre nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do

Sul, a implantação de diversos cursos técnicos de registros e informações em saúde (SOARES et al, 2013).

O CTRIS é oferecido pela Escola GHC desde 2010, sendo então pioneiro no Estado do Rio Grande do Sul e a primeira turma de nível técnico-profissional formada pela Escola GHC. Hoje, está em sua quinta edição, tendo formado aproximadamente, cinquenta técnicos em registros, sendo que alguns alunos prestaram concurso para auxiliar administrativo e estão atuando no Grupo Hospitalar Conceição. Primeiramente eram oferecidas 30 vagas, entretanto, nas duas últimas edições, passou-se a oferecer 35 vagas, sendo que as aulas acontecem nos turnos manhã e tarde.

O requisito de ingresso é formação mínima equivalente ao ensino médio concluído. A seleção dos candidatos, inicialmente era feita através de um sorteio público, a partir do segundo semestre de 2013, o ingresso passou a ser feito por meio de vestibular. Conta atualmente com docentes com formações diversas, todos profissionais do GHC, sendo estes selecionados mediante processo seletivo. Conta também com professores colaboradores e convidados.

Construído segundo os princípios e diretrizes do SUS, o curso tem como foco a atenção integral à saúde, o planejamento e a avaliação das ações, de modo a valorizar a coleta de informações, garantindo assim, dados confiáveis, que serão utilizados por gestores para o planejamento de ações de qualificação dos serviços (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Várias foram as justificativas que fizeram a Escola GHC optar pela escolha deste curso (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010):

- Necessidade de investir em formação na área da informação, a fim de aprofundar os conhecimentos e melhorar o desempenho dos trabalhadores no desenvolvimento de suas atividades, uma vez que os trabalhos com os registros e as informações em saúde estão em constante evolução, necessitando de atualização dos profissionais que atuam diretamente nesta área;
- Pouca oferta de cursos de formação técnica na área da informação;
- 1993 - Seminário realizado pelo Ministério da Saúde, tendo como tema *O uso e a disseminação de informações em saúde: subsídios para a elaboração de uma política de informações para saúde para o SUS*, desenvolvimento de

programas de capacitação para formação, qualificação e atualização de profissionais de nível elementar, médio e superior;

- Julho de 1998 – Programa Nacional de Capacitação do Profissional de Informações e Informática em Saúde proposto pela Rede Integrada de Informações para a Saúde (RIPSA) e a Rede Nacional de Informações em Saúde (RNIS);
- 2004 - Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, tem por objetivo promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação, melhorando os processos de trabalho em saúde. Define várias diretrizes para a área da informação, entre elas: investir na formação e capacitação dos trabalhadores de saúde na área de informação e informática em saúde, através de cursos técnicos, cursos de extensão, pós-graduação;
- 2009 - Congresso da ABRASCO - foi divulgado o *I Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia da Informação em Saúde 2008-2012*, afirma que existe um processo insuficiente de educação permanente de informação e informática em saúde no país. Destaca a informação como um instrumento fundamental para os processos decisórios na saúde;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ocasionou mudanças na educação profissional.

O curso oferecido pela Escola GHC tem por objetivo:

formar técnicos em registros e informações em saúde, aptos a atuar na organização do conteúdo e do arquivo de prontuários, na organização das fontes de dados e no registro para os sistemas de informações em saúde, contribuindo para a continuidade da atenção integral à saúde, o planejamento e a avaliação das ações e desenvolvendo procedimentos de guarda, catalogação, pesquisa e manutenção de registros e dados em saúde, orientados pelos princípios e diretrizes do SUS (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010, p. 20).

Ao final do curso, o técnico em registros e informações em saúde deverá ser capaz de desenvolver ações que o permitam exercer, com eficiência e eficácia, principalmente, as atividades profissionais de:

- Atividades voltadas ao planejamento, organização e gestão de serviços de documentação, registros e informação e estatísticas de saúde;

- Atividades de guarda, catalogação e manutenção de registros e processamentos de dados;
- Atividades ligadas à obtenção, análise e interpretação de dados produzidos nos serviços de saúde.

A proposta do curso é desenvolver o senso crítico, criativo e empreendedor do aluno, a fim de oferecer uma formação completa, preparando-o para atuar em diferentes segmentos na área da saúde: hospitais, centros de referência, ambulatórios, unidades de saúde, entre outros.

A constante reflexão e ressignificação da prática, bem como o ciclo da informação em saúde, formarão os eixos estruturantes do processo educativo.

Através da educação, o aluno tem a oportunidade de compreender o sentido das coisas. Entretanto não uma educação baseada apenas em exemplos no contexto, mas uma educação voltada a criar problemas a partir do contexto e remeter o aluno a buscar, a procurar soluções no conteúdo visto em sala de aula (HENGEMÜHLE, 2004).

O objetivo é repensar o contexto, as ações desenvolvidas e a realidade, possibilitando a construção e reconstrução dos saberes técnicos no trabalho deste profissional. Este processo visa oferecer um sistema de troca, diálogo e interação entre docentes, discentes, trabalhadores e usuários.

Um processo de ensino e aprendizagem que atribua significado ou sentido, somente pode ocorrer a partir de um movimento de ressignificação do processo de trabalho, que considere a potencialidade de cada um de aprender e de construir novos conhecimentos, transversalizados pelas histórias de vida e pela diversidade sociocultural dos participantes (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010, p. 24).

O ambiente educativo está inserido dentro do próprio Grupo Hospitalar Conceição, referência no Estado em atendimento voltado 100% ao SUS, possibilitando vivência de experiências de gestão e atenção.

O papel de constatar a realidade e de produzir sentidos, no caso da saúde, pertence tanto ao SUS como às instituições formadoras de suas profissões. Cabe ao SUS e às instituições formadoras coletar, sistematizar, analisar e interpretar permanentemente informações da realidade, problematizar o trabalho e as organizações de saúde e de ensino, e construir significados e práticas com orientação social, mediante participação ativa dos gestores setoriais, formadores, usuários e estudantes. (CECCIM, 2004, p. 46).

O curso segue os princípios da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conforme artigos abaixo (BRASIL. Ministério da Educação, 1996):

Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 41:

O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Durante o Seminário *Trabalhadores Técnicos da Saúde*, realizado em 2013 pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, constatou-se que há muitos profissionais que realizam atividades de registros e informações em saúde em instituições públicas no país, vinculadas ao SUS, sem nenhuma formação adequada na área (SOARES et al, 2013). Isso é visível no GHC, tanto com trabalhadores mais antigos, como com novos profissionais. A grande maioria dos auxiliares administrativos não tem nenhuma experiência ou conhecimento em relação à área da saúde, passando a conhecer na medida em que vão atuando na área.

Outra mudança significativa, é que antes esse profissional atuava mais especificamente nos serviços de arquivo médico e estatística e, a partir de 2000, com a incorporação das tecnologias da informação (TI) em saúde, este profissional

passa a atuar em diferentes setores do hospital, ou seja, locais que trabalham com registro, acesso e disseminação da informação.

O pouco reconhecimento desses profissionais acontece principalmente por não estarem incorporados nos Planos de Cargos e Carreiras (PCCs). Por não atuarem diretamente na atenção à saúde, a maioria das pessoas desconhece quais são as atividades desenvolvidas pelo técnico em registros.

Por não existir cargo público específico para técnico em registros de informações em saúde, as instituições contratam pessoas com pouco ou nenhum conhecimento na área de registros em saúde, onde o profissional aprende com a prática e, conforme interesse, busca uma capacitação posteriormente.

3.2 CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÃO EM SAÚDE

A finalidade do plano de curso é criar e organizar o trabalho, devendo ser objetivo, claro, verdadeiro, crítico e comprometido.

O currículo proposto deve ser coerente com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola e, através dele se dará as competências e habilidades profissionais de cada curso. A matriz curricular deve contemplar a dimensão conceitual (teorias, conceitos e informações abordados) e atitudinal (valores e atitudes que constituem o agir-ético do técnico em registros e o procedimental). O foco principal do projeto pedagógico deve ser o aluno; qual o perfil do aluno que irei formar?

A organização curricular deve estar vinculada às competências desse profissional. Por isso é essencial que as competências sejam àquelas indispensáveis para atuar de modo eficiente e eficaz (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, 2013).

É fundamental que a organização curricular garanta clareza na adoção de enfoques pedagógicos e metodológicos, assegurando a atuação do aluno como agente ativo do processo de aprendizagem, um ser que age, pensa, faz, pesquisa, resolve, aprende – coerentes com a formação por competências (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, 2013).

O curso totaliza 1200 horas, distribuídas em três semestres.

O currículo do curso técnico em registros é formado por eixos temáticos, compostos por unidades temáticas, que são agrupadas de acordo com uma identidade funcional.

A organização por eixos busca compreender os diferentes processos de tratamento que o profissional se envolve para que a informação constitua-se em produção de sentido, permitindo transformar a realidade de saúde dos indivíduos, dos coletivos e da sociedade.

A Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, do Ministério da Educação, define as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No Art. 3º, § 2º, consta que os cursos são organizados por eixos, possibilitando um ensino flexível, diversificado e atualizado, de acordo com os interesses e nível de conhecimento dos alunos (BRASIL. Ministério da Educação, 2013b).

O art. 5º da mesma Resolução afirma que os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio “têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais” (BRASIL. Ministério da Educação, 2013b).

Ainda de acordo com a Resolução acima, o Art. 14 traz que o currículo deve proporcionar ao estudante:

- I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;
- II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;
- III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;
- IV - domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual;
- V - instrumentais de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho;
- VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho (BRASIL. Ministério da Educação, 2013b)

De acordo com o Parecer CNE/CEB n. 17/97, o currículo deve abranger as seguintes dimensões: “competências teóricas e práticas específicas da profissão; conhecimentos gerais relacionados à profissão e atitudes e habilidades comuns a uma área profissional e ao mundo do trabalho” (BRASIL. Ministério da Educação, 1997).

Para Hengemühle (2004, p. 214), “ter habilidade ‘é saber fazer’, realizar ação tanto física quanto mental, em que os exercícios mentais, como identificar, relacionar, comparar, analisar, refletir, argumentar, compreender, aplicar [...], devem ser intensamente empregados”.

O plano curricular está de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), onde se fundamenta no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso.

Os artigos acima trazem que, cabe à Instituição de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica, sendo que cabe também aos docentes participarem da elaboração da proposta e revisão da mesma (BRASIL. Ministério da Educação, 1996). Revisão esta que vem sendo feita no plano do CTRIS, através de reuniões de colegiado dos docentes do curso.

O projeto político-pedagógico é o plano global da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. Elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação (VASCONCELLOS, 2008, p. 169).

O art. 13 afirma também que cabe aos docentes elaborarem e cumprirem seu plano de ensino, de acordo com as propostas pedagógicas do curso, bem como zelar pela aprendizagem dos alunos (BRASIL. Ministério da Educação, 1996).

Alguns requisitos mínimos devem estar presentes nos planos dos cursos criados pela instituição. São eles:

- Identificação do curso;
- Justificativa e objetivos;
- Requisitos e formas de acesso;
- Perfil profissional de conclusão;
- Organização curricular;
- Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;

- Critérios e procedimentos de avaliação;
- Biblioteca, instalações e equipamentos;
- Perfil do pessoal docente e técnico;
- Certificados e diplomas a serem emitidos. (BRASIL. Ministério da Educação, 2012).

Os critérios acima permitem que novos docentes consigam entender o funcionamento do curso, como também, dá uma base do conteúdo abordado em cada unidade temática.

Conforme quadro abaixo, o currículo do CTRIS é constituído pelos seguintes eixos temáticos:

| Código | Eixo temático | Carga horária (hora-relógio) | Semestre | Dias na semana | Pré-requisito |
|---------------|---|-------------------------------------|-----------------|-----------------------|----------------------|
| CTRIS01 | A realidade e os desafios da informação em saúde | 160 | 1º | 2 | - |
| CTRIS02 | A construção de dados em saúde – I | 160 | 1º | 2 | - |
| CTRIS03 | A informação nos processos decisórios – I | 80 | 1º | 1 | - |
| CTRIS04 | Avaliação em saúde – I | 80 | 2º | 1 | - |
| CTRIS05 | A construção de dados em saúde – II | 80 | 2º | 1 | CTRIS02 |
| CTRIS06 | Indicadores em saúde | 160 | 2º | 2 | - |
| CTRIS07 | Prática profissional simulada – I | 80 | 2º | 1 | - |
| CTRIS08 | Avaliação em saúde – II | 80 | 3º | 1 | CTRIS04 |
| CTRIS09 | Os sistemas de informação em saúde | 80 | 3º | 1 | - |
| CTRIS10 | A informação nos processos decisórios – II | 80 | 3º | 1 | CTRIS03 |
| CTRIS11 | Prática profissional simulada – II | 160 | 3º | 2 | CTRIS07 |
| | | 1200 | | | |

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010.

Observa-se que o primeiro semestre parte da realidade, análise dos processos cotidianos de atenção e gestão em saúde. Engloba também os processos decisórios sobre informação. O segundo semestre aprofunda a construção e tratamento dos dados na geração de indicadores de saúde e a avaliação em saúde.

O terceiro semestre traz os sistemas de informação e sua utilização na avaliação em saúde, retornando o ciclo da informação com o processo decisório. O estágio, conhecido como Prática Profissional Simulada ocorre a partir do segundo semestre e se estende ao terceiro, propiciando ao estudante a aplicação e ampliação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. No terceiro semestre ocorre ainda o desenvolvimento e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso, sob a forma de um relatório técnico-científico, onde o estudante deverá fazer um relato de uma vivência de estágio fundamentada na literatura científica.

No item 13 do Plano de Curso do CTRIS, Programas por disciplinas (eixos temáticos) constam que:

considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelo professores responsáveis pelos Eixos Temáticos, desde que analisadas e aprovadas pelo Conselho de Professores do Curso. (BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010, p. 30).

Esse plano foi elaborado na criação do curso e não teve nenhuma atualização até o ano de 2012. Com a mudança da coordenação do curso em 2012, através de reuniões de docentes, surgiu à necessidade de uma revisão, sendo foco deste trabalho conceituar bibliografia básica e bibliografia complementar, bem como estudar critérios para a escolha das referências que formarão a bibliografia de cada unidade temática.

3.3 PLANO DE CURSO DO CTRIS: BIBLIOGRAFIAS

Segundo a Resolução nº 6, do MEC, alguns pontos devem estar explícitos na organização curricular: componentes curriculares de cada etapa, com a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar; orientações metodológicas; prática profissional desenvolvida nos ambientes de aprendizagem; estágio profissional supervisionado (BRASIL. Ministério da Educação, 2012). Neste trabalho darei destaque para a indicação das bibliografias, item verificado pelo MEC na avaliação dos cursos e da Escola para credenciamento e credenciamento de instituições e cursos (BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012).

“O planejamento de ensino significa pensar a ação docente refletindo sobre os objetivos, os conteúdos, os procedimentos metodológicos, a avaliação do aluno e do professor” (LEAL, 2005, p. 2).

Ao elaborar seu plano de ensino, o docente irá decidir, prever, selecionar, escolher, organizar redimensionar, refletir sobre de que modo abordará o conteúdo durante o semestre letivo. Ao planejar, o docente deverá levar em consideração o perfil do aluno: idade (muito jovens, de mais idade, diversificado), escolaridade, quantidade de alunos, se existem alunos que estão há muito tempo sem estudar, nível intelectual, condições socioeconômicas, expectativas perante a aula e ao curso; o plano pedagógico da escola; recursos disponíveis. Esse planejamento, sem dúvida, será importante também para a escolha da bibliografia indicada no plano curricular, como também no plano de ensino, a fim de que as indicações de leitura do docente estejam de acordo com o perfil do aluno, do curso e do Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola GHC.

No início do ano de 2013, formou-se um grupo, constituído pela coordenadora do curso, a autora deste trabalho, na categoria de docente e uma das funcionárias responsáveis pelo apoio administrativo à Coordenação de Ensino para realizar uma revisão do plano curricular do CTRIS. Em reunião, o grupo considerou que por ter sido elaborado antes da criação do curso e após três anos de andamento do CTRIS, chegara o momento de fazer uma análise e readaptação do plano, como também de seu currículo, a fim de se readequar com as necessidades percebidas no decorrer da execução do CTRIS.

A análise do plano ainda não está concluída, porém se pode adiantar que vários tópicos sofreram alterações, sempre com o objetivo de deixar claras as informações referentes ao desenvolvimento do curso para os alunos e também para os docentes da Escola GHC.

A matriz curricular foi um item que mereceu atenção especial, pois se percebe que é formada apenas por eixos temáticos, não sendo especificadas as unidades temáticas de cada eixo, embora na prática, o eixo seja ministrado por vários docentes.

Para exemplificar, cito o eixo abaixo:

| Eixo Temático | Ementa | Carga horária Concentração |
|---|--|-------------------------------|
| A REALIDADE E OS DESAFIOS DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE | Ser humano e cuidado em Saúde. Processo saúde-doença numa perspectiva histórica. O cotidiano do Sistema de Saúde. Políticas Sociais e de Saúde e História da Saúde Pública. Gestão do Cuidado, serviços e sistema. Aspectos Históricos dos Registros de Saúde. Conceitos de cartão nacional de saúde e registro único. Evolução e utilização da informática e da Internet na sociedade | 160 horas |

(BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010).

Após análise do plano pelo grupo de revisão, esse eixo ficou da forma descrita abaixo:

CTRI01 - A REALIDADE E OS DESAFIOS DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

| Eixo Temático | Ementa | Unidades Temáticas | Carga horária Concentração |
|---|--|---|-------------------------------|
| A REALIDADE E OS DESAFIOS DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE | Estudo do ser humano e suas relações no cuidado em Saúde. Noções básicas da anatomia e fisiologia humana. Caracterização do processo saúde-doença numa perspectiva histórica. Principais procedimentos diagnósticos e terapêuticos. O cotidiano do Sistema de Saúde. Fundamentação sobre Políticas Sociais, Políticas de Saúde e História da Saúde Pública. Gestão do Cuidado, serviços e sistema. Análise dos aspectos Históricos dos Registros de Saúde. Conceitos de cartão nacional de saúde e registro único. | O estudo do ser humano e os cuidados em saúde | 80 horas |
| | | Políticas públicas de saúde – SUS | 60 horas |
| | | Registros em saúde – cartão nacional de saúde e registro único | 20 horas |

Aulas semanais: 2 turnos por semana

Carga horária: 160 horas no semestre

Além de acrescentarmos as unidades temáticas nos eixos, também estamos alterando a escrita da ementa, tornando-a mais compreensível aos estudantes. Além

também, de que nestes três anos de curso, algumas ementas sofreram pequenas alterações, adequando-se conforme a realidade.

Conteúdos podem ser definidos como o “conjunto de conhecimentos, hábitos e atitudes, organizados pedagógica e didaticamente. São os meios para a concretização das finalidades que o educador tem ao preparar o seu curso, a partir da realidade” (VASCONCELLOS, 2008, p. 140).

Nestes três anos de realização do curso, alguns conteúdos foram acrescentados, outros excluídos, variando de acordo com a turma e com o desenvolvimento do curso, sempre visando um aprimoramento do ensino. Com isso, acredita-se que as bibliografias sugeridas no plano de curso também necessitam de uma análise, a fim de adequarem-se com essa realidade, ou seja, com os conteúdos alterados. Cabe também verificar se as bibliografias listadas no plano estão sendo utilizadas pelos docentes das respectivas unidades temáticas, uma vez que, não foram eles que as sugeriram.

Para a realização desta etapa, a coordenadora do curso enviou um e-mail aos docentes solicitando sua participação no processo de revisão do plano de curso, através da revisão da ementa e bibliografia básica e complementar de sua unidade e encaminhamento de sugestões e adequação conforme sua experiência na prática docente do curso.

A idéia foi de os professores trabalharem individualmente na primeira etapa e, logo a seguir, realizar reuniões por eixo e, após apresentar o plano a todos os docentes através de um seminário. Essa etapa ainda não foi concluída. No momento, o trabalho encontra-se na análise individual das ementas e bibliografias de cada unidade. “Fazer planejamento é refletir sobre os desafios da realidade da Escola e da sala de aula, perceber as necessidades, resignificar o trabalho, buscar formas de enfrentamento e comprometer-se com a transformação da prática” (VASCONCELLOS, 2008, p. 132).

Os conteúdos abordados em sala de aula são considerados os referenciais teóricos capazes de iluminar e fundamentar as situações e os problemas da realidade, possibilitando que o aluno compreenda o contexto, podendo assim, reconstruí-lo de maneira fundamentada (HENGEMÜHLE, 2004).

Segundo o dicionário Aurélio, bibliografia é um documento que apresenta uma lista de referências bibliográficas, relativas a um ou mais assuntos (FERREIRA, 2004).

Define-se como bibliografia básica:

registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, por meio de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros de caráter básico (BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012, p. 28).

“Lista de referências, composta por livros ou documentos catalogados na Biblioteca, indicados pelo professor como leitura indispensável para a formação do aluno, e que possam ser consultados/emprestados por eles” (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 2013).

Já a bibliografia complementar é conceituada como:

registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, por meio de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros de caráter complementar (BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012, p. 28).

“Lista de referências, composta por livros ou documentos catalogados na Biblioteca, indicados pelo professor como leitura complementar para a formação do aluno, e que possam ser consultados/emprestados por eles” (UNIVERSIDADE DE SOROCABA, 2013).

A bibliografia complementar nem sempre se restringe aos temas englobados no conteúdo programático, e de forma geral, quando o faz, é com maior aprofundamento. Essa bibliografia aborda também assuntos que não tiveram muita ênfase, ou que foram comentados rapidamente, servindo como base de aprofundamento para o aluno que tiver interesse em saber mais sobre o assunto.

A relação de documentos que compõe a bibliografia básica e complementar tem sua importância no plano curricular, pois faz parte dos itens analisados pelo Ministério da Educação para autorização, reconhecimento e renovação dos cursos.

e-MEC é o sistema onde são cadastradas informações sobre credenciamento e credenciamento dos cursos. “O credenciamento, credenciamento e avaliações do MEC são baseados na bibliografia cadastrada no e-MEC, sendo necessária a

atualização constante das referências” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013).

Em razão dessa atualização, é importante fazer uma revisão anualmente na lista das bibliografias ou quando há troca de docentes. Salienta-se que, desde a implantação do curso, nunca houve uma atualização do plano, sendo evidente que alguns conteúdos foram alterados nestes três anos de curso, novos materiais podem ter surgido, novas edições do material listado, como também novos docentes ingressaram nesse período.

Durante planejamento do conteúdo e escolha do material a ser indicado para leitura, é importante que o docente considere alguns critérios como: validade, relevância, acessibilidade, interdisciplinaridade, articulação com outros conteúdos, cientificidade, adequação com o nível intelectual (LEAL, 2005).

No instrumento de avaliação dos cursos superiores, há um indicador denominado bibliografia, onde o Ministério da Educação define que a bibliografia básica deverá conter no mínimo três títulos por unidade curricular e cinco títulos por unidade curricular para a bibliografia complementar. Não entrarei nos detalhes da quantidade de exemplares de cada título exigido, por não ser objeto desse estudo.

Segue abaixo o quadro com conceitos e critérios de análise.

| Indicador | Conceito | Critério de Análise |
|-----------|----------|---|
| | 1 | Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular. |
| | 2 | Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. |

| | | |
|----------------------------|---|---|
| Bibliografia Básica | 3 | Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. |
| | 4 | Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. |
| | 5 | Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. |

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012.

| Indicador | Conceito | Critério de Análise |
|----------------------------------|-----------------|--|
| Bibliografia Complementar | 1 | Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular. |
| | 2 | Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. |
| | 3 | Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. |
| | 4 | Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. |
| | 5 | Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. |

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012.

Ao montar a matriz curricular o coordenador do curso e/ou docentes decidirão o que pretendem que os alunos aprendam; quais conteúdos serão abordados e de que forma. Essas decisões são fundamentais para planejar e preparar o plano curricular e posteriormente o plano de ensino de cada docente.

Os conteúdos são fundamentos que auxiliam o estudante a compreender o assunto tratado, a buscar a solução para os problemas que surgirão na sua profissão.

4 METODOLOGIA

Neste trabalho analisei as bibliografias presentes em apenas dois eixos da matriz curricular do curso Técnico em Registros e Informação em Saúde. Para fazer a escolha do que foi analisado, optei por selecionar as unidades temáticas dos eixos que atuo como docente.

Ressalta-se que estes eixos são abordados por diversos docentes, sendo então, listadas neste momento, apenas a bibliografia das unidades temáticas dos eixos por mim ministradas.

A metodologia que utilizei foi a 'análise documental', de caráter quantitativo, por meio da qual analisei se o número de referências listadas está de acordo com aquele sugerido pelo MEC; e qualitativo, onde avaliei critérios como pertinência, relevância acadêmica-científica, atualização, dos eixos da matriz curricular do curso que referi: A Construção de Dados em Saúde II e Prática Profissional Simulada II, que ocorrem no segundo e terceiro semestre respectivamente.

Foram objetos de análise:

- Verificar se a quantidade de obras sugeridas na bibliografia básica e complementar está de acordo com o indicado pelo Ministério da Educação no Instrumento de Avaliação de Cursos;
- Verificar se as referências estão enquadradas corretamente nas categorias bibliografia básica e bibliografia complementar, levando em consideração as definições abordadas anteriormente;
- Averiguar a acessibilidade, ou seja, se as obras estão disponíveis no acervo da Biblioteca do GHC ou em suporte eletrônico;
- Verificar se existe um endereço eletrônico para acesso aos materiais on-line;
- Certificar-se que as obras listadas estão de acordo com os conteúdos abordados em sala de aula;
- Avaliar se as bibliografias sugeridas estão de acordo com o nível intelectual de um curso de nível médio;
- Conferir se as obras listadas estão atualizadas.

Para fundamentar a teorização, dentro do arco proposto na metodologia, o professor planeja os referenciais bibliográficos, oferecendo aos alunos informações fundamentadas, que lhes proporcionem subsídios para

analisar, compreender, aplicar, reconstruir as situações-problema na realidade (HENGEMÜHLER, 2004, p. 226)

Os conceitos abaixo e o exposto sobre avaliação dos cursos estão de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do INEP (BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012), uma vez que não foi encontrado material que especificasse sobre bibliografia e avaliação de cursos técnicos.

A análise foi feita através dos seguintes passos:

- Listar as referências das unidades temáticas que são objetos desse estudo;
- Verificar a quantidade de referências listadas como bibliografia básica e como bibliografia complementar;
- Conferir quais referências são abordadas em sala de aula, a fim de comporem as referências básicas e quais referências servem de apoio/complemento aos estudos, ou seja, bibliografia complementar. Como docente destas unidades, não houve dificuldades em fazer essa verificação;
- Verificar quais materiais sugeridos estão disponíveis na biblioteca da instituição e quais estão disponibilizados na Internet;
- Buscar o endereço eletrônico e digitar ao lado das referências que possuem texto completo disponível na Internet. Muitos alunos ainda não têm intimidade com o ambiente virtual e desconhecem como acessar um texto em meio eletrônico. Constatou-se que no plano não há nenhuma observação que indique que determinada referência pode ser acessada na Internet. É exigência do MEC que a bibliografia seja de fácil acesso aos discentes, estando disponível no acervo da Biblioteca ou então podendo ser acessada em suporte eletrônico;
- Verificar o ano de publicação de cada referência sugerida, trazendo informações sobre novas edições;
- Analisar se as bibliografias estão abordando os conteúdos sugeridos na ementa do eixo;
- Verificar se as bibliografias sugeridas estão adequadas com o nível intelectual dos alunos de curso técnico.

5 ANÁLISE DAS BIBLIOGRAFIAS

Segue abaixo as bibliografias dos eixos analisados conforme Plano do Curso CTRIS, elaborado em 2010. As referências estão listadas conforme aparecem no plano, ou seja, em desacordo com as normas da ABNT.

Na primeira análise da bibliografia, percebe-se que, por não conter unidades temáticas em cada eixo, as bibliografias aparecem num todo, não havendo distinção entre as unidades e os docentes.

5.1 ANÁLISE EIXO: A CONSTRUÇÃO DE DADOS EM SAÚDE II

| Eixo Temático | Ementa / Bibliografia |
|--|--|
| A CONSTRUÇÃO DE DADOS EM SAÚDE II | <p>Aplicações da informática e da Internet na saúde: bases de dados em saúde. Métodos de numeração e arquivamento. Índice de referência ao prontuário. O dicionário eletrônico em ciências da saúde (DECS) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Prontuário do indivíduo.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>www.bvs.org.br</p> <p>Não contém indicação de bibliografia complementar.</p> |

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010.

Análise quantitativa:

Consta apenas uma referência.

Esse eixo aborda diversos conteúdos importantes para a formação do técnico em registros, no entanto não há uma lista de bibliografias. Traz apenas o site da Biblioteca Virtual em Saúde, conteúdo abordado em sala de aula, mas não é o único tópico deste eixo. Também não lista bibliografia complementar.

Não segue a indicação do MEC quanto ao número de referências listadas, já mencionado acima.

Análise qualitativa:

A referência acima está de acordo com os quesitos avaliados na análise qualitativa, porém uma referência não é considerada suficiente.

*** Acessibilidade**

Sim, está de acordo, é um site.

* *Quanto à atualização*

Por ser página de busca online, está atualizada.

* *Relevância e pertinência do conteúdo em relação à ementa*

Esse site é relevante, visto que é ensinado aos alunos como utilizá-lo como uma ferramenta para buscas de artigos na área da saúde.

* *Adequação quanto ao nível intelectual de curso técnico*

O site da Bireme é abrangente, pois permite acesso a mais de sessenta bases de dados. Algumas bases como, por exemplo, Medline e Cochrane por serem em língua inglesa, não são adequadas ao nível técnico. Porém, existem diversas bases, como a Scielo, Lilacs, BVS temática e institucionais acessíveis a esse nível de conhecimento, pois são em língua portuguesa e, no caso da Scielo, fornecendo artigos em texto completo.

5.2 ANÁLISE EIXO: PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II

| Eixo Temático | Ementa / Bibliografia |
|--|---|
| <p>PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II</p> | <p>Noções gerais de metodologia científica. Estruturação e elaboração de projetos. Estudos de normas técnicas da ABNT. Planejamento, desenvolvimento, escrita e apresentação do trabalho de conclusão de curso. Apresentação formal dos produtos. Encontros de orientação.</p> <p>Bibliografia Básica: FRANÇA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico científica. 4. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988.</p> <p>FRANCELIM, M. M. Ciência senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. Ciência da Informação, v. 33, n. 3, p. 26-34, 2004.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: LAKATOS, E. M. Pesquisa bibliográfica. In: METODOLOGIA do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1986.</p> <p>Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>CARVALHO, A. M. et al. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para alunos de graduação. 4. ed. Editora São Paulo: O Nome da Rosa, 2006.</p> <p>DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: TEORIA, métodos e criatividade: introdução à pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>HELPER, Inácio & AGNES, Clarice. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos. 8ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 72 p. 2006.</p> <p>MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: 1998.</p> <p>MARTINS, R. A. O que é ciência, do ponto de vista da epistemologia? Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa, v. 9, p. 5-20, 1999.</p> <p>MEY, Eliane Serrão A.; MENDES, Maria Tereza Reis. CCAA2 em 58 lições. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1989.</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.</p> <p>OLIVA, A. (Org.). Epistemologia: a cientificidade em questão. Campinas: Papyrus Editora, 1990. 225 p.</p> <p>OLIVA, A. Kuhn: O normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, V. (org.). Filosofia, História e Sociologia das Ciências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 67-102.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p> |
|--|---|

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. GHC. Escola GHC, 2010.

Análise quantitativa:

** Quantidade de referências na bibliografia básica:*

Cinco – está de acordo com instrumento do INEP (BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012), onde sugere um mínimo de 3 referências.

** Quantidade de referências na bibliografia complementar:*

Doze - está de acordo com instrumento do INEP (BRASIL. Ministério da Educação. INEP, 2012), onde sugere um mínimo de 5 referências.

Análise qualitativa:

* *Bibliografia básica e bibliografia complementar:*

| Eixo Temático | Bibliografia Básica |
|---|--|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>FRANÇA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico científica. 4. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>HELPER, Inácio & AGNES, Clarice. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos. 8ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 72 p. 2006.</p> <p>RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1986.</p> |

Na época em que o plano curricular foi elaborado, não se tinha conhecimento do tipo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que seria exigido. Hoje, por já estar especificado que o TCC deve ser feito em forma de um relatório técnico-científico, considerando nível de conhecimento dos alunos, não é indicado deixar as referências que tratam sobre projetos de pesquisa nem como bibliografia básica, nem como complementar, pois não são abordados em aula, como as demonstradas abaixo:

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: TEORIA, métodos e criatividade: introdução à pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2001.

| Eixo Temático | Bibliografia Complementar |
|---|---|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>CARVALHO, A. M. et al. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para alunos de graduação. 4. ed. Editora São Paulo: O Nome da Rosa, 2006.</p> <p>DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: TEORIA, métodos e criatividade: introdução à pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: LAKATOS, E. M. Pesquisa bibliográfica. In: METODOLOGIA do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: 1998.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p> |

As sugestões de bibliografia básica e complementar foram avaliadas somente de acordo com a ementa e não com o que realmente é abordado em sala de aula atualmente.

As referências abaixo não se enquadram nem como bibliografia básica e nem como complementar, pois não estão de acordo com a ementa ou com o nível de conhecimento dos alunos:

- FRANCELM, M. M. Ciência senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 26-34, 2004.
- MARTINS, R. A. O que é ciência, do ponto de vista da epistemologia? **Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, v. 9, p. 5-20, 1999.
- MEY, Eliane Serrão A.; MENDES, Maria Tereza Reis. **CCAA2 em 58 lições**. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1989.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
- OLIVA, A. (Org.). **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papyrus Editora, 1990. 225 p.
- OLIVA, A. Kuhn: O normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 67-102.

* *Acessibilidade:*

De acordo com o Instrumento de avaliação do INEP, todo material listado na bibliografia deve fazer parte do acervo da biblioteca.

Podemos observar que nem todas as referências listadas fazem parte do acervo da Biblioteca dificultando o acesso ao material, estando assim em desacordo com o que foi imposto pelo MEC. Seguem abaixo as obras disponíveis na biblioteca.

| Eixo Temático | Obras disponíveis na Biblioteca da Instituição |
|---|--|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002</p> <p>LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 31-60.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: 1998.</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 1990.</p> |

Obras disponíveis na Internet em texto completo, porém não consta o endereço eletrônico no plano do curso e nenhuma menção que as mesmas possam ser encontradas na Internet.

| Eixo Temático | Referências disponíveis na Internet em texto completo |
|---|--|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>FRANCELIM, M. M. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. Ciência da Informação, v. 33, n. 3, p. 26-34, 2004.</p> <p>MARTINS, R. A. O que é ciência, do ponto de vista da epistemologia? Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa, v. 9, p. 5-20, 1999.</p> |

* Quanto à atualização:

Algumas obras estão muito desatualizadas, tendo uma desatualização superior há dez anos, já existindo no mercado edições mais recentes, sendo que alguns conteúdos já sofreram modificações, como é o caso das normas da ABNT, Citações – NBR10520/2002 e Referências Bibliográficas – NBR 6023/2002, extremamente importantes para esta unidade temática.

| Eixo Temático | Referências desatualizadas |
|--|---|
| <p>PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II</p> | <p>FRANÇA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico científica. 4. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988. Há uma edição de 2009.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Há uma edição de 2010.</p> <p>GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: LAKATOS, E. M. Pesquisa bibliográfica. In: METODOLOGIA do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1986. Há uma edição de 2009.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: 1998. Há uma edição de 2008.</p> <p>MEY, Eliane Serrão A.; MENDES, Maria Tereza Reis. CCAA2 em 58 lições. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1989.</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. Há uma edição de 2008.</p> <p>OLIVA, A. (org.). Epistemologia: a cientificidade em questão. Campinas: Papirus Editora, 1990.</p> <p>OLIVA, A. Kuhn: O normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, V. (org.). Filosofia, História e Sociologia das Ciências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 67-102.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002. Há uma edição de 2007.</p> |

* *Relevância e pertinência do conteúdo em relação à ementa:*

Tendo como base a ementa da unidade, em que consta que esta unidade será abordada a metodologia de pesquisa, elaboração de TCC, juntamente com suas normas, destacam-se como referências pertinentes:

| Eixo Temático | Referências pertinentes com a ementa da unidade temática |
|---|--|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>FRANÇA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico científica. 4. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988.</p> <p>GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: LAKATOS, E. M. Pesquisa bibliográfica. In: METODOLOGIA do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: 1998.</p> <p>RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1986.</p> |

Na época em que o plano curricular foi elaborado, não se tinha conhecimento do tipo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que seria exigido. Hoje, por já estar especificado que o TCC é constituído por um relatório técnico-científico, e considerando o nível de conhecimento dos alunos, não seria recomendado deixar as últimas referências citadas acima como parte da bibliografia, pois projeto de pesquisa não são abordados em aula.

A referência abaixo está incorreta. A obra de Lakatos, em língua portuguesa, não apresenta o capítulo em inglês de Guba e Lincoln. A referência correta seria: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: LAKATOS, E. M. Pesquisa bibliográfica. In: METODOLOGIA do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.

As seguintes obras não estão condizentes com o conteúdo da ementa:

| Eixo Temático | Referências que não abordam o conteúdo da ementa |
|---|---|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>FRANCELIM, M. M. Ciência senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. Ciência da Informação, v. 33, n. 3, p. 26-34, 2004.</p> <p>DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: TEORIA, métodos e criatividade: introdução à pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>MARTINS, R. A. O que é ciência, do ponto de vista da epistemologia? Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa, v. 9, p. 5-20, 1999.</p> <p>OLIVA, A. (Org.). Epistemologia: a cientificidade em questão. Campinas: Papirus Editora, 1990. 225 p.</p> <p>OLIVA, A. Kuhn: O normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, V. (org.). Filosofia, História e Sociologia das Ciências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 67-102.</p> <p>MEY, Eliane Serrão A.; MENDES, Maria Tereza Reis. CCAA2 em 58 lições. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1989.</p> |

* *Adequação quanto ao nível intelectual de curso técnico:*

Ser docente de educação de nível técnico é algo diferente e podemos dizer mais difícil do que no nível superior, pois não existe um nivelamento de conhecimento entre os alunos. Alguns alunos estão há muito tempo sem estudar, outros possuem graduação ou iniciaram o ensino superior e tiveram que trancar. Logo, ao escolher a bibliografia a ser trabalhada é fundamental selecionar materiais que todos possam compreender o conteúdo abordado. Bibliografia em língua inglesa ou espanhol, textos mais profundos não são apropriados.

Seguem as referências consideradas apropriadas a este tipo de público:

| Eixo Temático | Referências de acordo com conhecimentos de nível técnico |
|---|---|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA II | <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>CARVALHO, A. M. et al. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para alunos de graduação. 4 edição. Editora São Paulo: O Nome da Rosa, 2006. 128 p.</p> <p>HELPER, Inácio & AGNES, Clarice. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. 8ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 72 p. 2006.</p> |
|--|--|

6 SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIAS

Como resultado dessa análise, apresento ementas e bibliografias sugeridas por mim, na qualidade de docente destas unidades e que foram encaminhadas para o grupo de revisão, para análise e inserção no novo plano do curso.

Como se pode perceber, as bibliografias das unidades analisadas não estão de acordo com as exigências do MEC. Logo, tendo visto a necessidade de uma revisão e atualização das bibliografias, acredito que seria interessante que a Escola oportunizasse uma oficina aos docentes, não apenas para o curso técnico em Registros e Informações em Saúde, mas também aos demais cursos, sobre como proceder na elaboração da lista de bibliografia, tendo em vista que, a grande maioria dos docentes desconhece as normas adotadas pelo INEP (BRASIL. Ministério da Saúde. INEP, 2012).

Através dessa oficina poder-se-ia propor passos para elaboração deste material, a fim de que todos seguissem um modelo padrão.

6.1 SUGESTÃO DE EMENTA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

CTRIS05 - A CONSTRUÇÃO DE DADOS EM SAÚDE – II

Aulas semanais: 1 turno por semana

Carga horária: 80 horas no semestre

| Eixo Temático | Unidades Temáticas | Carga horária Concentração |
|--|--|---------------------------------------|
| A CONSTRUÇÃO DE DADOS EM SAÚDE – II | A construção da rede de assistência | 40 horas |
| | Gestão de documentos Luciane Berto Benedetti | 30 horas |

| | | |
|--|---|----------|
| | Busca em bases de dados em saúde | 10 horas |
| | Luciane Berto Benedetti | |
| | Izabel Alves Merlo | |

A unidade A construção da rede de assistência não foi revisada em razão de ser ensinada por outro docente.

| Unidade Temática | Ementa / Bibliografia |
|-----------------------------|--|
| GESTÃO DE DOCUMENTOS | <p>Estudo do prontuário do paciente e prontuário de família. Caracterização, vantagens, desvantagens e legislação do prontuário eletrônico. Introdução aos métodos de arquivamento de prontuários. Reflexão sobre os aspectos legais dos prontuários. Descrição dos índices de referência ao prontuário. Noções de arquivologia: definição, características, finalidades, sistemas de arquivamento, ciclo de vida. Introdução a gestão de documentos. Organização da informação e registros de saúde. Noções de catalogação, indexação, classificação dos documentos. Reflexões sobre organização de bibliotecas e de arquivos.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). Textos de apoio em registros de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. * Existente no acervo da Biblioteca</p> <p>LOPES, Uberdan dos Santos. Arquivos e a organização da gestão documental. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.8/9, 2003/2004. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000860/01/Rev[1].AC-2005-111.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100009>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>RONCAGLIO, C.; SZVARÇA, D. R.; BOJANOSKI, S. F. Arquivos, gestão de documentos e informação. Bibli.R. Eletr. Bibl. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Bibliografia complementar: FARIAS, J. S. et al. Adoção de prontuário eletrônico do paciente em hospitais universitários de Brasil e Espanha: a percepção de profissionais de saúde. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.45, n.5, p. 1303-1326, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000500004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>NEGREIROS, L. R.; DIAS, E. J. W. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 2-19, set./dez. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/686>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>PEREIRA, A. T. S. O uso do prontuário familiar como indicador de qualidade da atenção nas unidades básicas de saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, p. S123-S133, 2008. Suplemento 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s1/17.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>SANTOS, D. C.; FERREIRA, J. B. B. O prontuário da família na perspectiva da coordenação da atenção à saúde. Physis, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p. 1121-1137, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312012000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>SILVA, Divina Aparecida da; ARAUJO, Iza Antunes. Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional. 6. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 2009. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>SILVA, Fábila Gama; TAVARES-NETO, José. Avaliação dos prontuários médicos de hospitais de ensino do Brasil. Rev. bras. educ. med. Rio de Janeiro, v.31, n.2, p. 113-126, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v31n2/01.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>SFREDDO, Josiane Ayres. O controle de acesso na percepção dos profissionais de arquivo: uma questão de segurança das informações institucionais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 121-140, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/736>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> <p>VASCONCELLOS, M. M.; GRIBEL, E.B.; MORAES, I.H.S. de. Registros em saúde: avaliação da qualidade do prontuário do paciente na atenção básica, Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, p. S173-S182, 2008. Suplemento 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s1/21.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.</p> |
|--|---|

| Unidade Temática | Ementa / Bibliografia |
|--------------------------------|---|
| BUSCA EM BASES DE DADOS | Orientação na busca de informações científicas. Identificação e análise de algumas bases de dados na área da saúde. Busca em bases de dados online na área da saúde. Localização, recuperação, disseminação, acesso e uso da informação. Análise das fontes de informação especializadas na |

| | |
|--|--|
| | <p>área da saúde disponíveis na Web. Detalhamento do Dicionário Eletrônico em Ciências da Saúde (DECS)- BVS.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>PORTAL de pesquisa da BVS: informação e conhecimento para a saúde. Disponível em: <http://bvsalud.org/>. Acesso em: 10 set. 2013.</p> <p>SCIELO. Scientific electronic library online. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2013.</p> <p>_____. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão de literatura. Ciência da Informação, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/viewArticle/158>. Acesso em: 08 fev. 2013.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BLATTMANN, Ursula, FACHIN, Gleisy R. B, RADOS, Gregório J.V. Recuperar a informação eletrônica pela Internet. Revista da ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.4, n.1, 1999. Disponível em <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=74&layout=abstract> . Acesso em: 08 fev. 2013.</p> <p>BLATTMANN, Úrsula; FRAGOSO, Graça Maria. O zapear a informação em bibliotecas e na Internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>LOPES, Ilza Leite. Crêterios de qualidade para avaliaçãõ da informaçãõ em saúde na world wide web. Brasília: Editora do Departamento de Ciências da Informação e Documentação, 2007. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>PEREIRA, Teresa Avalos; MONTERO, Edna Frasson de Souza. Terminologia DeCS e as novas regras ortográficas da língua portuguesa: orientações para uma atualização. Acta Cirúrgica Brasileira, São Paulo, v. 27, n.7, p. 509-514, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502012000700014>Acesso em: 08 fev. 2013.</p> <p>PELLIZZON, Rosely de Fátima. Pesquisa na área da saúde: 1. Base de dados DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). Acta Cirúrgica Brasileira, São Paulo, v.19, n.2, p. 153-163, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-86502004000200013&script=sci_arttext>Acesso em: 08 fev. 2013.</p> |
|--|--|

CTRIS11 – PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA - II

Aulas semanais: 2 turnos por semana

Carga horária: 160 horas no semestre

Carga horária: 80 horas no semestre

| Eixo Temático | Unidades Temáticas | Carga horária Concentração |
|---|--|---------------------------------------|
| PRÁTICA PROFISSIONAL SIMULADA – II | Vivência e aplicação dos conhecimentos | 60 horas |
| | Metodologia aplicada à construção do TCC | 40 horas |
| | Desenvolvimento do TCC | 60 horas – Dispersão |

Ementa Vivência e aplicação dos conhecimentos: Vivência com aplicação dos conhecimentos em diferentes áreas de atuação do técnico de registro. Coleta de dados sobre a realidade nos serviços de saúde. Produção de relatório guiado.

Não será listada a bibliografia desta unidade neste momento, em razão de não ser docente desta unidade.

Ementa Desenvolvimento do TCC: Construção de um trabalho de conclusão de curso. Conhecimentos teóricos fundamentados na metodologia científica para redação e apresentação do TCC, na forma de um relatório técnico-científico. Estudo de normas técnicas da ABNT.

| Unidade Temática | Ementa / Bibliografia |
|---|--|
| METODOLOGIA APLICADA À CONSTRUÇÃO DO TCC | <p>Noções gerais de metodologia científica. Estruturação de relatórios técnicos-científicos. Estudos de normas técnicas da ABNT. Planejamento, desenvolvimento, escrita, e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso na forma de um relatório técnico-científico. Análise individual da produção da escrita do TCC.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. . NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>_____. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Manual para elaboração de relatório técnico-científico. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2011. * Obra elaborada pelos docentes da Escola</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>ALVES, Clair. Arte de escrever bem. Petrópolis: Vozes, 2010. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília, DF: Letras Livres, 2012. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2008. * Obra existente no acervo da Biblioteca</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. * Obra existente no acervo da Biblioteca</p> <p>MARQUES, Mário Osorio. Escrever é preciso. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> <p>SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2011. * Solicitar à Biblioteca compra desta obra</p> |
|--|---|

6.2 INSTRUMENTO PARA OFICINA DE ELABORAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS EM PLANOS CURRICULARES E DE ENSINO

Abaixo então, material disponibilizado aos docentes na oficina contendo as devidas informações para a construção da bibliografia.

Este material foi elaborado com o objetivo de orientar os docentes na indicação ou atualização das bibliografias básicas e complementares que compõem o plano curricular e o plano de ensino para que estejam em consonância com os currículos dos cursos.

Conforme recomendação do Ministério da Educação, através das informações presentes nos instrumentos de avaliação para autorização/reconhecimento dos cursos, para a obtenção de conceito satisfatório à excelente, no indicador bibliografia deverão ser listados no mínimo três títulos para a bibliografia básica e cinco títulos para a bibliografia complementar.

Ao escolher as referências que farão parte da bibliografia, é importante considerar alguns critérios como: adequação das referências com o curso, com o público alvo, com a organização curricular, ou seja, com o conteúdo abordado, identificação de conhecimentos, saberes e competências. (BRASIL, 2012). Esses critérios auxiliam para que as referências sugeridas estejam de acordo com o nível de adequação de um curso de nível médio

Cada docente será responsável por avaliar e manter atualizadas as bibliografias da sua unidade temática.

Para que as referências sejam citadas corretamente, vale destacar que:

Bibliografia básica (leitura indispensável) é o conjunto de obras (livros, artigos de periódicos em suporte papel ou disponíveis na Internet, e qualquer documento catalogado na Biblioteca) que trata sobre o conteúdo programático estabelecido para a unidade temática. Através da leitura desse material, o aluno poderá manter-se atualizado em relação aos conteúdos vistos em sala de aula.

Já a bibliografia complementar (leitura que agrega), é uma listagem de obras (livros, artigos de periódicos em suporte papel ou disponíveis na Internet, e qualquer documento catalogado na Biblioteca) sugerida com o intuito de possibilitar o aprofundamento de determinados tópicos do conteúdo abordado em sala de aula. Não deve ser considerada como uma bibliografia secundária. Algumas referências podem ser uma leitura indispensável para melhor entendimento de determinado tópico do conteúdo abordado.

Os livros citados devem fazer parte do acervo da Biblioteca do GHC.

Artigos de periódicos disponíveis na Internet devem conter endereço eletrônico para localização do material.

Entende-se por material bibliográfico, documentos produzidos em qualquer suporte físico: livros, atlas, dicionários, teses, mapas, CD's, DVD's, normas técnicas, periódicos, entre outros.

Passos para elaboração da bibliografia básica e complementar

PASSO 1:

- Elaborar uma lista contendo materiais que serão utilizados na elaboração do conteúdo e trabalhados em sala de aula e outra lista contendo as referências sugeridas para aprofundamento do assunto;

- A indicação de bibliografias deve ser feita por docentes de cada unidade temática, levando em consideração a relevância do material para a formação do aluno.

PASSO 2:

- Verificar no catálogo da Biblioteca, através do site: <http://biblioteca.ghc.com.br>, a existência ou não da obra que se pretende indicar;
- Avaliar o acervo existente na Biblioteca, específico para as unidades temáticas ministradas pelo docente, com o intuito de identificar títulos que possam ser incluídos na bibliografia a ser indicada e, dentro do possível, priorizar sempre o acervo já existente;
- Em caso de inexistência do livro, encaminhar à Biblioteca solicitação de compra através do Workflow;
- Procurar listar obras atualizadas e de acordo com o conhecimento exigido a alunos de nível médio;

PASSO 3:

- Disponibilizar endereço eletrônico e data de acesso dos artigos de periódicos disponíveis na Internet;

PASSO 4:

- Elaborar as referências de acordo com a norma da ABNT, NBR 6023:2002;
- Em caso de dúvidas, encaminhar por e-mail as referências à Biblioteca do GHC, para que as bibliotecárias façam a correção das referências;
- É importante que, quando na elaboração ou revisão de um plano, a coordenação do curso encaminhe à Biblioteca, o plano completo para que as bibliotecárias façam uma revisão das bibliografias sugeridas pelos docentes do curso;

PASSO 5:

- Concluída a relação das referências, encaminhar para o coordenador do curso;
- O coordenador avaliará a bibliografia básica e complementar indicada pelos docentes e após anexará ao plano de curso.

É importante que a revisão das bibliografias dos planos de cursos seja realizada anualmente, a fim de que se mantenha uma lista atualizada e para que o professor esteja sempre atento com o que há de mais atual no mercado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que esse estudo ofereça subsídios para que os professores do curso Técnico em Registro e Informações em Saúde possam solucionar os problemas apontados em relação às bibliografias básica e complementar, oferecendo-se assim leituras que possam contribuir para o estudo e aprendizado dos alunos da Escola GHC.

Vasconcellos (2008, p. 137) ressalta que planejar periodicamente o plano de curso é interessante. Esboça como um todo, referência do conjunto. Define-se a espinha dorsal que será detalhada, “complementada ou modificada no decorrer do processo”.

Após ter desenvolvido a análise dos eixos temáticos do plano curricular do CTRIS: A Construção de Dados em Saúde II e Prática Profissional Simulada II pretende-se estender esse processo para os outros eixos deste curso com a continuação do estudo do material fornecido individualmente pelos docentes e após explanação em seminário.

Algumas referências não estão adequadas ao nível de conhecimento de um aluno de nível médio. Percebe-se também que muitas referências não abordam o que consta na ementa, faltando assim, material que aborde todo o conteúdo.

Como bibliotecária, percebi que as referências presentes nas bibliografias não foram elaboradas de acordo com as normas da ABNT. É interessante durante a elaboração do plano, enviá-lo à Biblioteca para que as bibliotecárias verifiquem e façam as devidas correções. Atualmente, coordenadores de cursos novos ou que estão sendo revisados já estão tendo essa visão e estão encaminhando o material à Biblioteca para correção das referências segundo normas da ABNT.

Sugere-se também que ao revisar a listagem das referências, o docente insira na lista de bibliografias as obras que estão sendo utilizadas para abordar o conteúdo em sala de aula, bem como as obras que considera relevante para aprofundamento do conteúdo. Assim como também, é importante que verifique se a biblioteca possui esses títulos, ou então, disponibilize o endereço eletrônico, quando on-line, e, caso necessário, solicite juntamente à Biblioteca a compra do material que irá compor a bibliografia.

Os docentes devem tomar cuidado ao definirem seus conteúdos, pois muitos conteúdos são abordados em diferentes unidades temáticas, ou não são mais tão relevantes, ou são repetidos, desperdiçando tempo que poderia ser utilizado para aprofundar outro assunto, pois, às vezes, se gasta tempo demais para um conteúdo e falta tempo para o outro. Torna-se desgastante e desmotivante para o aluno ver o mesmo assunto ser abordado por professores diferentes, sendo muitas vezes, informações que se contradizem, deixando o aluno confuso e desinteressado. (HENGEMÜHLER, 2004).

A Escola GHC tem como princípio que todos os docentes devem ser funcionários do GHC. Entretanto, alguns não possuem experiência na docência, então seria interessante oferecer oficinas, a fim de que sejam capacitados a reorganizarem suas bibliografias de acordo com o conteúdo abordado em suas respectivas unidades temáticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 05 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 2013a. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_ambiente_saude_seguranca/t_registros_informacoes_saude.php>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio**. 2013b. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/2013/novas_diretrizes_ed_profissional.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. **Parecer CNE/CEB Nº 17/97**. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. 1997. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7BEB8A3F33-04EC-493E-8964-ED3CC486CCCE%7D_PARECER%201797%20APROVADO%20EM%2003%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201997.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 04/99**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol0499.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Resolução n. 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 17 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Escola GHC. **Escola GHC**. 2013a. Disponível em: <<http://escola.ghc.com.br/>>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. **Plano do Curso de Especialização em Urgência e Emergência: gestão e atenção no SUS.** Porto Alegre: [s.n.], 2013b.

_____. **Plano do Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde.** Porto Alegre: [s.n.], 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional. Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde. CETPES. Escola GHC.** 2. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. FIOCRUZ. **Registros e informações em saúde.** 2008. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/jovem/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=173&sid=17>>. Acesso em: 11 set. 2013.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ. Educação técnica. 2013. Disponível em: <<http://www.ceepi.pro.br/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004.

FRANCO, Túlio Batista. Produção do cuidado e produção pedagógica: integração de cenários do sistema de saúde no Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 23, p. 427-438, set./dez. 2007.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Formada primeira turma do Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde, parceria do GHC com IFRS.** 2012. Disponível em: <<http://www.poa.ifrs.edu.br/?p=19344>>. Acesso em: 14 out. 2013.

LEAL, Regina Barros. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educación**, Espanha, v. 37, n. 3, 2005.

MANFRINATO, Márcia Helena Vargas. **Proposta de organização curricular em curso técnico profissionalizante: meio ambiente e educação ambiental – um estudo de caso.** 2006. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2006.

SOARES, Marcia et al. **Processo de qualificação de trabalhadores técnicos em informações e registros em saúde. Seminário Trabalhadores Técnicos da Saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS EPSJV – Rio de Janeiro - 07 e 08/05/2013.** Disponível em:

<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/seminario%20final/Informacoes_e_Registros_Sergio_Munck_1.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.

UNIVERSIDADE DE SOROCABA. **Indicação de bibliografias em planos de ensino:** orientações. 2013. Disponível em: <http://www.uniso.br/biblioteca/doc/orientacoes_para_professores-indicacoes_de_bibliog_em_planos_de_ensino.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Sistema de Bibliotecas:** procedimentos para compra de material bibliográfico na UFPR. Disponível em: http://www.portal.ufpr.br/procedimento_aquisicao_2013.pdf. Acesso em: 16 out. 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2008.

VIEIRA, Lúcio Olimpo de Carvalho. **O ensino técnico profissional. Para quê? Para quem?** 2005. 115 f. Projeto de dissertação (Mestrado em Educação)-UFRGS. Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2005.